

卷宗編號: 323/2011
日期: 2012年06月07日
關鍵詞: 紀律處分、自由裁量權

摘要：

行政當局在就違紀行為作出具體處分時雖享有一定的自由裁量權，可在法定抽象處罰幅度中定出認為合適之處分。然而，上述自由裁量權的行使並非完全沒有限制的，因為立法者明確規定處分係根據在個案中存在之減輕或加重情節，並尤其考慮違紀者之過錯程度及人格而酌科(《澳門公共行政工作人員通則》第316條第1款之規定)。

裁判書制作人

司法上訴裁判書

卷宗編號: 323/2011
日期: 2012年06月07日
上訴人: A
被訴實體: 澳門社會文化司司長

*

一.概述

上訴人 A，詳細身份資料載於卷宗內 FFOC 不服澳門社會文化司司長於 2011 年 04 月 06 日批准對其作出撤職處分，向本院提出上訴，理由詳載於卷宗第 2 至 23 頁，有關內容在此視為完全轉錄¹。

¹上訴人的上訴結論如下:

- A. O Ex.mo Sr. Secretário Para os Assuntos Sociais e Cultura, em 06/04/2011, no Ofício n.º 1658/DGFP/2011, escreveu "批准", datou e assinou;
- B. Esta expressão que se traduz para facilidade de raciocínio, em Português com "autorizo", não é uma decisão;
- C. Assim, o Ex.mo Sr. Secretário autoriza a Ex.ma Sra. Directora da DSEJ a demitir a Recorrente;
- D. Pelo que a decisão, a existir alguma decisão, é nula pois, é da Ex.ma Sra. Directora e não do Ex.mo Sr. Secretário por violação do Art. 122.º n.º 1 e n.º 2 al. a) do C.P.A.;
- E. Foi instaurado contra a Recorrente o processo disciplinar n.º 01/PD/DGFP/2008 em 11/11/2008, processo onde foi deduzida acusação em 7/01/2009 e foi apresentada defesa escrita pela requerente em 23/01/2009;
- F. A Recorrente foi constituída arguida pelo CCAC em 19/12/2008, no âmbito do processo 033/2008/CCAC;
- G. Por decisão do Director da DSEJ de 19/10/2009, devido ao ofício n.º 0717/DSCC/2009 do CCAC é instaurado novo processo disciplinar, o presente 01/PD/DGFP/2009, decidindo apensar-se o processo anterior a este;
- H. O Ex.mo Chefe do Executivo, em 8/11/2009 decidiu a suspensão preventiva de funções da Recorrente, por 90 dias;
- I. Apenas, passado 1 ano de haver instaurado e já ter deduzido acusação no Processo Disciplinar, a DSEJ entendeu haver obstáculo à descoberta da verdade com a continuidade da Recorrente como

-
- Directora do Centro de Actividades Juvenis da Caixa Escolar (Centro de Experimentação para Jovens, por Ordem executiva n.º 26/2007);
- J. Finda tal suspensão a DSEJ não viu nenhum impedimento para a Recorrente retomar a direcção do Centro, que manteve até 31/10/2010, enquanto durou a comissão de serviço;
- K. Data em que, tendo terminado a comissão de serviço como directora do Centro, a Recorrente retomou o seu lugar no Centro de Actividades Juvenis do Bairro do Hipódromo;
- L. A Recorrente viu o seu contrato além do quadro ser renovado por três vezes desde a abertura do processo disciplinar;
- M. Tendo a última renovação, como técnica superior de 1.ª Classe do 2.º escalão, por mais um ano, ocorrido em 19/11/2010;
- N. Depois de ser constituída como arguida a Recorrente nunca mais foi notificada de nada, nem pelo CCAC, nem pelo Ministério Público;
- O. A Recorrente não prestou quaisquer declarações falsas, nem tão pouco elaborou quaisquer documentos falsos;
- P. Ora, como confirmaram as Testemunhas, esses documentos (lista de horários) eram elaborados pelos subordinados da Recorrente (B e C) e ela limitava-se a assiná-los;
- Q. Por não ter confirmado, devidamente, o teor de tais documentos a Recorrente pode ter violado o dever de zelo, mas nunca cometeu neahum crime;
- R. Pelo que nas infracções seis, reconhecendo-se alguma falta de zelo, nunca houve nenhum propósito de prejudicar ninguém ou de retirar qualquer benefício, por parte da recorrente;
- S. Havendo limite semanal de horas para os voluntários e trocas entre eles nos turnos, por questões de celeridade e gestão entendeu a Recorrente fazer alguns ajustes internamente, com conhecimento do seu superior, evitando pagamento de serviços a quem não os prestava;
- T. Evitou, por outro lado a Recorrente, que os voluntários que efectivamente prestaram os serviços ficassem sem receber a sua retribuição e os que não tinham prestado serviço tivessem de devolver o dinheiro;
- U. Ninguém ficou beneficiado ou prejudicado;
- V. Quanto à sétima infracção, desconhecemos quando é que, alegadamente, terá ocorrido, pelo que a descrição dos factos é manifestamente insuficiente, violando, assim o Art. 337.º n.º 1 do RJFPM;
- W. Quanto à oitava infracção a Recorrente não exagerou o montante gasto, apenas, pediu o dinheiro orçamentado, e quando, mais tarde, verificou tal montante ser superior, em MOP\$6.000,00, ao que foi efectivamente gasto, pediu a sua devolução à empresa contratada;
- X. Quanto à nona infracção a Recorrente, alegadamente, não entregou ao Fundo de Acção Social os lucros da cantina desde Março de 2007 até Novembro de 2008, omitindo-se quais lucros, se houve lucros, quando houve lucros ou mesmo qual o montante desses lucros, violando, assim o Art. 337.º n.º 1 do RJFPM, que manda constar da decisão "importâncias que porventura haja a repor e o seu destino";
- Y. Quem geria o "dinheiro" não era a Requerente era a C;
- Z. O "dinheiro" ficava no cofre no Centro e todos os colegas sabiam a password e onde estava a

-
- chave;
- AA. O "dinheiro" só serviu para o Centro, nunca serviu para as despesas individuais da Recorrente;
- BB. Ou seja a Recorrente nunca se apropriou do não lhe per tencia;
- CC. Todas infracções, imputadas à Recorrente, são punidas na forma agravada, por entender o Instrutor, primeiro, e o Ex.mo Sr. Secretário, depois, que a Recorrente exercia funções de chefia;
- DD. Porém, os cargos de direcção e chefia são enumerados no D-L n.º 85/89/M de 21 de Dezembro, no seu Art. 2.º n.º 2, dele não consta o cargo de Directora do Centro de Actividades Juvenis da Caixa Escolar (Centro de Experimentação para Jovens, por Ordem executiva n.º 26/2007);
- EE. Mesmo comparando o vencimento da Recorrente com os índices estabelecidos pelos Mapas 1 e 2, constantes desse Decreto-Lei, facilmente concluímos que a Recorrente não desempenhava qualquer cargo de direcção ou chefia pois, o seu índice remuneratório, quando começou a sua comissão de serviço à frente do Centro, em 1/9/2005 era 390 e em 15/4/2011, último dia que trabalhou para a Função Pública era o índice 510;
- FF. A única circunstância atenuante mencionada, a prestação de mais de 10 anos de serviço classificados de Bom, serve não para atenuar a pena mas para a agravar;
- GG. A Requerente deve beneficiar das atenuantes previstas no Art. 282.º do RJFPM, nas alíneas: "f) A ausência de publicidade da infracção; g) A falta de intenção dolosa; h) Os diminutos efeitos que a falta tenha produzido em relação aos serviços ou a terceiros; e j) As que diminuam a culpa do arguido ou a gravidade da infracção.";
- HH. As circunstâncias agravantes servem, em primeiro lugar para agravar as penas parcelares das diferentes infracções, nos termos do Art. 314.º n.º 4 do ETAPM e em segundo lugar, incapazes de fazer o verdadeiro cúmulo jurídico, e esquecendo-se de qualquer circunstância atenuante, mesmo a referida em 12.1, optar pelo agravamento do escalão superior ao que ao caso caberia, nos termos do Art. 316.º n.º 2 do ETAPM;
- II. Assim, aos mesmos factos importam dois graus de agravamento, o das penas parcelares e a aplicação do escalão superior ao da suspensão;
- JJ. O Art. 315.º do ETAPM, no seu n.º 1 que "A pena de demissão é aplicável, em geral, às infracções que inviabilizem a manutenção da situação juridicofuncional." ;
- KK. Em nenhum lugar do processo disciplinar são alegados factos ou de que maneira as infracções descritas podem inviabilizar a situação jurídico-funcional da Requerente;
- LL. Mais, quando a Recorrente foi mantida à frente do Centro por quase 2 anos após a abertura do processo disciplinar (31/8/2010) e viu o seu contrato para além do quadro renovado por três vezes;
- MM. A pena de demissão aplicada à Recorrente é manifestamente exagerada e desproporcionada, violando, também, por isso, o Art. 40.º do C. Penal que estabelece a culpa como limite da pena;
- NN. O Art. 322.º do RJFPM estabelece que a aplicação das penas de suspensão, aposentação compulsiva e demissão é da competência do Chefe do Executivo, entendimento seguido no processo disciplinar quando foi aplicada a suspensão preventiva de funções à Recorrente;
- OO. In casu, considerando que houve decisão de demitir a Recorrente, esta foi assinada pelo Ex.mo

*

被訴實體就有關上訴作出答覆，內容載於卷宗第 55 至 88 頁，在此視為完全轉錄。

*

上訴人作出陳述，有關內容載於卷宗第 155 至 165 頁，在此視為完全轉錄。

*

檢察院認為應判處上訴人理由部份成立，有關內容載於卷宗第 167 至 169 頁，在此視為完全轉錄²。

Secretário para os Assuntos Sociais e de Cultura;

- PP. Mesmo recorrendo ao Art. 37.º do C.P.A que estabelece a possibilidade de delegação de poderes dos órgãos administrativos, exige o Art. 40.º do C.P.A que o órgão delegado deve mencionar essa qualidade no uso da delegação, para que seja válida;
- QQ. O que não aconteceu na decisão do Ex.mo Senhor Secretário de 06/04/2011, que se limita a escrever "autorizo" e assinar a proposta que lhe é feita pela Directora dos Serviços de Educação e Juventude.
- RR. A decisão recorrida violou os Arts. 40.º n.º 2 do C Penal, Art. 37.º, 40.º e 122.º n.º 1 e n.º 2 al. a) do C.P.A, 281.º, 282.º al. a), f), g), h) e j), 283.º n.º 4, 315.º n.º 1 e 316.º n.º 2 e 322.º do Regime Jurídico da Função Pública de Macau.

² 檢察院之意見如下：

1. Note-se que no ofício n.º 1658/DGFP/2011 sob "Assunto" de «第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序之報告書» (do. de fls.26 dos autos), se encontra o despacho de «批准» com a assinatura do Exmo. Sr. Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura em 06/04/2011.
2. Anteriormente a esse despacho, a Exma. Sra. Directora da DSEJ exarou, na 1 a página do «報告書 (Informação)», «同意本報告書內容，請司長閣下批准 (Concordo com a presente Informação, submeta-se a V. Ex.ª, Secretário para autorização)» (cfr. fls.27 dos autos)
3. E depois, o ofício n.º 2008/DGFP/2011 sob "Assunto" de «第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序最後裁定之通知» comunicou propositadamente a ora recorrente: 社會文化司司長於 2011 年 4 月 6 日在第 1658/DGFP/2011 號公函上作出最後裁定，對閣下科處撤職處分(詳見附件)。(doc. de fls.25 dos autos)
4. Interpretando aquele despacho em conjugação com tais elementos e os demais enunciados pelo

mestre do direito administrativo Freitas do Amaral (Direito Administrativo, vol. III, Lisboa 1989, pp.280 a 281), podemos retirar que a decisão de «批准» se traduz em autorizar a Proposta formulada no n.º 24 do referido «報告書 (Informação)» - aplicar à arguida (ora recorrente) a pena disciplinar de demissão.

5. Sendo assim, torna-se líquido que não se surge in casu nem a "falta de decisão do Ex.mo Senhor Secretário para os Assuntos Sociais e Culura", nem a violação do disposto no n.º 1 e n.º 2-a), ambos do art.122º do CPA invocada na D) da petição.
6. Daí decorre a improcedência do pedido de declaração da nulidade do acto em causa.
7. Em homenagem do princípio pro atione e ainda do de economia processual, o 2º pedido da recorrente entende-se aqui consistente em pedir a anulação do acto em questão, acto que se consubstancia em decidir a demissão da recorrente.
8. Afirma reiteradamente o Venerando TUI que a aplicação pela Administração de penas disciplinares, dentro das espécies e molduras legais, é, em princípio, insindivável contenciosamente, salvo nos casos de erro manifesto, notória injustiça ou violação dos princípios gerais do Direito Administrativo como os da legalidade, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade. (Acórdãos no Processos n.º 27/2003 e n.º 31/2006)
9. No entanto, inculca proficientemente (Acórdãos no Processos n.º 27/2003): A pena disciplinar fixada deve corresponder ao grau do desvalor da conduta do infractor, tendo em conta todas as circunstâncias relacionadas com a prática da infracção. Daí que a pena deve ser proporcional à gravidade da conduta disciplinarmente ilícita.
10. Tomando por base e ponto de partida o duto Acórdão proferido pelo venerando TUI no Processo n.º 27/2003, podemos retirar que constituem momentos vinculados a escolha da escala e escalão das penas, e a global valorização de todas as circunstâncias relacionadas com a prática da infracção.
11. Importa também ter na mente que se rege, no nosso ordenamento jurídico, o princípio de proibição da dupla valorização ou o do non bis in idem, cujo sentido típico consiste em não permite considerar a existência de circunstância agravante (produção efectiva de resultados prejudiciais ao serviço publico) quando esta circunstância já faz parte do tipo de ilícito disciplinar em causa. (Acórdão do TUI no Processo n.º 23/2011).
12. Com a necessária adaptação, este princípio abrange a proibição da outra modalidade da dupla valorização, por exemplo no caso de concurso de infracção, a repetida valorização da mesma circunstância agravante na graduação de penas parcelares e, depois, na determinação da pena única.
13. Equilibrando as relevantes circunstâncias envolvidas no caso em sintonia com as jurisprudências citadas acima, afigura-se-nos que o despacho recorrido é anulável por ferir de erros de direito.
14. Ora, os arts.87º, 88º, 94º e 95º da contestação revelam que a entidade recorrida reconhece a veracidade dos factos aduzidos pela recorrente nos arts.70º e 71º da petição inicial - o "dinheiro" nunca serviu para as despesas individuais da recorrente. O que significa que ela nunca tinha intenção ou dolo de peculato, nem sequer peculato de uso.

*

二.事實

已審理查明之事實：

1. 1999 年 12 月 6 日，上訴人以編制外合同方式在教育暨青年局擔任二等技術員。
2. 2005 年 12 月 6 日，上訴人以編制外合同方式在教育暨青年局擔任二等高級技術員。
3. 2007 年 12 月 6 日，上訴人以編制外合同方式在教育暨青年局擔任一等高級技術員。

-
15. De qualquer modo, a circunstância de o "dinheiro" nunca servir às despesas individuais da recorrente contém em si a virtude de diminuir a culpa e a gravidade da infracção, pelo que se devia considerar que tem o cabimento de circunstância atenuante prevista na alínea j) do art. 282º do ETAPM.
 16. Contudo, sucede que tal circunstância não vê atenção da instrutora ou da entidade recorrida, nem mínima contemplação na «*報告書 (Informação)*», nem nenhuma repercussão na graduação da pena aplicada. O que implica, segundo nos parece, um erro de direito.
 17. Em segundo lugar, apesar de ser elencada na alínea 12.1 da «*報告書 (Informação)*», tal circunstância alegadamente atenuante não foi tida em devida consideração nem pela instrutora nem pelo órgão recorrido, quer dizer que não desencadeou efeito prático na graduação da pena aplicada.
 18. Nisto emerge outro erro de direito.
 19. Em 3º e último lugar, a própria «*報告書 (Informação)*» deixa-nos a impressão de que se surge in casu a dupla valorização desfavorável das circunstâncias agravantes - uma na graduação das 9 penas parcelares, e outra na escolha e determinação da pena única. Aqui encontra-se mais um erro de direito.
 20. Parece-nos que o mínimo, todos estes erros de direito conduzem à invocada "grande desproporcionalidade" da pena de demissão aplicada no acto recorrido (conclusão TTT das alegações), e nesta medida, a anulabilidade desse mesmo acto.
 21. Por todo o exposto acima, somos levados a entender que se deverá dar parcial provimento ao recurso contencioso em apreço, anulando o despacho recorrido.

4. 於 2004 年 9 月 1 日至 2010 年 8 月 31 日期間，上訴人獲委任為教育暨青年局塔石青年中心主任。

5. 於 2011 年 3 月 21 日，教育暨青年局預審員作出第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序之報告書，內容如下：

“現根據 12 月 21 日第 87/89/M 號法令核准通過，並經 12 月 28 日第 62/89/M 號法令所修改的《澳門公共行政工作人員通則》【下稱《通則》】中第 337 條第 1 款的規定，再根據以下依據編製報告書。

嫌疑人:A，女，持有澳門特別行政區永久性居民身份證編號 XXXXX(X)，於 1999 年 12 月 6 日以編制外合同方式任用為教育暨青年局二等技術員，2005 年 12 月 6 日以編制外合同方式任用為教育暨青年局二等高級技術員，2007 年 12 月 6 日以編制外合同方式任用為教育暨青年局一等高級技術員及 2004 年 9 月 1 日至 2010 年 8 月 31 日以委任方式任用為教育暨青年局塔石青年中心(透過第 26/2007 號行政命令該中心易名為“青年試館”，下稱“中心”)主任。

1. 廉政公署於 2009 年 10 月 13 日向本局發送第 0717/DSCC/2009 號公函，就該署對嫌疑人展開調查之發現向本局作案情通報。(參見第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序卷宗第 1 至 5 頁文件)
2. 針對廉政公署上述公函所通報該署初步核證的事實，根據《通則》第 318 條第 2 款及第 325 條第 1 款的規定，教育暨青年局局長於 2009 年 10 月 19 日命令對嫌疑人提起紀律程序，並任命本人為本紀律程序的預審員。由於本紀律程序第 01/PD/DGFP/2009 號所指事實的行為人與第 01/PD/DGFP/2008 號待決紀律程序所針對的事實的行為人是同一名公務人員，根據《通則》第 296 條的規定，由於本紀律

程序所涉及的違紀行爲較爲嚴重，故將第 01/PD/DGFP/2008 號待決紀律程序合併於本紀律程序。

3. 鑑於嫌疑人所涉的違紀行爲嚴重損害有關職務據位人的尊嚴及聲譽，至少可被科處二百四十一日至一年的處分，嫌疑人在職將損害部門之形象，亦對查明真相造成不便，因此，根據《通則》第 331 條第 1 款的規定，行政長官批准嫌疑人防範性停職。(參見第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序卷宗第 8 至 15 頁文件)
4. 紀律程序之預審階段在法定限期內開展，並已將有關事宜向《通則》第 328 條第 3 款規定之人士作出通知。(參見第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序卷宗第 6、18、20 和 22 頁文件)
5. 實施了《通則》中第 329 條所規定的措施，以及採取了其他有助查明事實真相的必要措施，包括詢問證人、搜集及檢查文件，並將嫌疑人之紀律證明附於卷宗內。(參見第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序卷宗第 30 至 33 頁和第 82 至 430 頁文件)
6. 就廉政公署所通報事實，當中第一項指嫌疑人透過支付休閒大使計劃 2007 年第二期和第三期報酬，分別爲中心取得澳門幣 673.00 元和澳門幣 14,511.50 元餘款;以及第 4 項指嫌疑人指示中心人員利用部份「2007 年義工嘉許活動」剩餘價值澳門幣 4,200.00 元的禮券購置中心用品的事宜，經調查後發現未具足夠證據對嫌疑人作出指控，建議以歸檔處理。
7. 然而，就嫌疑人所涉及的其他違紀行爲，在完成了預審階段之措施後，預審員編製了控訴書，並根據《通則》中第 333 條第 1 款規定向嫌疑人作出通知，並同時指定了期間讓嫌疑人提交書面答辯。(參

見第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序卷宗第 432 至 441 頁文件)

8. 嫌疑人在指定期間內並沒提交書面答辯。
9. 根據《通則》中第 337 條第 1 款的規定，並根據調查所得依據完成報告書。(參見第 01/PD/DGFP/2009 號紀律程序卷宗第 444 至 454 頁文件)
10. 因應社會文化司司長閣下於 2011 年 1 月 26 日在有關報告書作出的批示，經採取所需的補足措施後，對 2010 年 12 月 14 日向嫌疑人所發出的控訴書新增第五十六條及五十七條內容，並根據《通則》第 333 條規定，向嫌疑人作出通知，並同時指定了期間讓嫌疑人提交書面答辯。(參見第 01/PD/DGFP/2009 號 紀律程序卷宗第 460 至 470 頁文件)
11. 嫌疑人在指定期間內並沒提交書面答辯。
12. 經調查，嫌疑人的加重和減輕情節如下:
 - 12.1 嫌疑人在本局工作十一年，且其工作評核於 2000 年至 2004 年為 "優"、2005 年至 2007 年為 "十分滿意"、2008 年及 2009 年為 "滿意"，故適用《通則》第 282 條 a)項的減輕情節。
 - 12.2 嫌疑人具備碩士學位，而在本局擔任中心主任的主管職務期間作出以下多項違紀行為，故適用《通則》第 283 條第 1 款 j)項的加重情節。
 - 12.3 嫌疑人在其擔任中心主任期間，多次透過結算程序作出不實聲明，以及不法地向第三者收取款項，共作出以下九項違紀行為，且在第一項違紀行為未被處分前再作出另一違紀行為，故適用《通則》第 283 條第 1 款 h)項的加重情節。

- 12.4 嫌疑人身為行政當局的主管人員且擔任公職超過十年，其應該預見其作出以下違紀行為定會對行政當局財產造成必然的損害，故適用《通則》第283條第1款b)項的加重情節。
13. 根據調查結果和搜集證據顯示，建議對嫌疑人作出的違紀行為及所作出處分如下：
14. 第一項違紀行為
- 14.1 中心自2007年5月開始實施「休閒大使計劃」。嫌疑人於2007年8月14日簽署第305/CDFAAJ/2007號建議書就2007年9月17日至10月28日期間「休閒大使計劃」的開支作出建議，有關建議於2007年8月15日獲教育暨青年局代副局長批准，總金額為澳門幣31,059.00元，涉及的時數為1,479小時。
- 14.2 根據調查所得，休閒大使的實際工作時數為775.5小時，實際開支金額為澳門幣16,285.50元。
- 14.3 嫌疑人在明知休閒大使實際工作時數的情況下，在進行結算程序時，於2007年11月20日簽署聲明書並聲明“所需之服務已妥善完成”，同時要求向該期休閒大使支付總金額澳門幣22,995.00元。
- 14.4 在教育暨青年局向休閒大使作出支付後，嫌疑人指示中心同事向涉及多付的休閒大使追回款項澳門幣12,327.00元，再以追回的款項向休閒大使的替工補發報酬澳門幣5,617.50元，剩餘款項為澳門幣6,709.50元則存於中心的保險箱，用作非預定的目的。(參見第01/PA/DPGAE/2008號簡易調查程序卷宗第149、153、156、687至738頁文件、第01/PD/DPGAE/2009

號紀律程序卷宗第 82、83、97、98、99、100、103、104、134 至 140 頁文件)

14.5 嫌疑人的上述行為違反《通則》第 279 條第 1 款和第 2 款 a) 項及 b) 項、第 3 款和第 4 款所規定作為公共行政工作人員負有的無私及熱心義務，根據《通則》第 314 條第 1 款和第 4 款 b) 項的規定，嫌疑人可被科處停職二百四十一日至一年之處分。

14.6 經考慮嫌疑人的減輕情節及加重情節，建議對嫌疑人科處停職二百四十五日之處分

15. 第二項違紀行為

15.1 嫌疑人於 2007 年 10 月 30 日簽署第 364/CDFAAJ/2007 號建議書就 2007 年 10 月 30 日至 12 月 9 日期間「休閒大使計劃」的開支作出建議，有關建議於 2007 年 10 月 30 日獲教育暨青年局代副局長批准，總金額為澳門幣 33,705.00 元，涉及的時數為 1,605 小時。

15.2 根據調查所得，休閒大使的實際工作時數為 1,270.5 小時，實際開支金額為澳門幣 26,680.50 元。

15.3 嫌疑人在明知休閒大使實際工作時數的情況下，在進行結算程序時，於 2007 年 12 月 11 日簽署聲明書並聲明“所需之服務已妥善完成”，同時要求按建議書預算金額向該期休閒大使支付總金額為澳門幣 33,705.00 元。

15.4 在教育暨青年局向休閒大使作出支付後，嫌疑人指示中心同事向涉及多付的休閒大使追回款項澳門幣 10,594.50 元，再以

追回的款項向休閒大使的替工補發報酬澳門幣 3,570.00 元，剩餘款項澳門幣 7,024.50 元則存於中心的保險箱，用作非預定的目的。(參見第 01/PA/DPGAE/2008 號簡易調查程序卷宗第 10、149、153、156、739 至 834 頁文件、第 01/PD/DPGAE/2009 號紀律程序卷宗第 82、83、97、98、99、100、103、104、118、120、142 至 182 頁文件)

15.5 嫌疑人的上述行為違反《通則》第 279 條第 1 款和第 2 款 a) 項及 b) 項、第 3 款和第 4 款所規定作為公共行政工作人員負有的無私及熱心義務，根據《通則》第 314 條第 1 款和第 4 款 b) 項的規定，嫌疑人可被科處停職二百四十一日至一年之處分。

15.6 經考慮嫌疑人的減輕情節及加重情節，建議對嫌疑人科處停職二百四十五日之處分。

16. 第三項違紀行為

16.1 嫌疑人於 2007 年 11 月 28 日簽署第 450/CDFAAJ/2007 號建議書就 2007 年 12 月 10 日至 12 月 30 日期間「休閒大使計劃」的開支作出建議，有關建議於 2007 年 12 月 5 日獲教育暨青年局副局長批准，總金額為澳門幣 16,852.50 元，涉及的時數為 802.5 小時。

16.2 根據調查所得，休閒大使的實際工作時數為 605 小時，實際開支金額為澳門幣 12,705.00 元。

16.3 嫌疑人在明知休閒大使實際工作時數的情況下，在進行結算程序時，於 2007 年 12 月 31 日簽署聲明書並聲明“所需之服

務已妥善完成”，同時要求按建議書預算金額向該期休閒大使支付總金額為澳門幣 16,852.50 元。

16.4 在教育暨青年局向休閒大使作出支付後，嫌疑人指示中心同事向涉及多付的休閒大使追回款項澳門幣 6,100.50 元，再以追回的款項向休閒大使的替工補發報酬澳門幣 1,953.00 元，剩餘款項澳門幣 4,147.50 元則存於中心的保險箱，用作非預定的目的。(參見第 01/PA/DPGAE/2008 號簡易調查程序卷宗第 10、149、153、156、835 至 856 頁文件、第 01/PD/DPGAE/2009 號紀律程序卷宗第 82、83、97、98、99、100、103、104、118、120、183 至 203 頁文件)

16.5 嫌疑人的上述行為違反《通則》第 279 條第 1 款和第 2 款 a) 項及 b) 項、第 3 款和第 4 款所規定作為公共行政工作人員負有的無私及熱心義務，根據《通則》第 314 條第 1 款和第 4 款 b) 項的規定，嫌疑人可被科處停職二百四十一日至一年之處分。

16.6 經考慮嫌疑人的減輕情節及加重情節，建議對嫌疑人科處停職二百四十五日之處分。

17. 第四項違紀行為

17.1 嫌疑人於 2007 年 12 月 13 日簽署第 482/CDFAAJ/2007 號建議書就 2008 年 1 月 1 日至 2 月 10 日期間「休閒大使計劃」的開支作出建議，有關建議於 2007 年 12 月 17 日獲教育暨青年局代副局長批准，總金額為澳門幣 33,705.00 元，涉及的時數為 1,605 小時。

- 17.2 根據調查所得，休閒大使的實際工作時數為 1,127 小時，實際開支金額為澳門幣 23,667.00 元。
- 17.3 嫌疑人在明知休閒大使實際工作時數的情況下，在進行結算程序時，於 2008 年 2 月 1 日簽署聲明書並聲明“所需之服務已妥善完成”，同時要求按建議書預算金額向該期休閒大使支付總金額為澳門幣 33,705.00 元。
- 17.4 在教育暨青年局向休閒大使作出支付後，嫌疑人指示中心同事向涉及多付的休閒大使追回款項澳門幣 12,768.00 元，再以追回的款項向休閒大使的替工補發報酬澳門幣 2,730.00 元，剩餘款項澳門幣 10,038.00 元則存於中心的保險箱，用作非預定的目的。(參見第 01/PA/DPGAE/2008 號簡易調查程序卷宗第 149、153、156、210 至 298 頁文件、第 01/PD/DPGAE/2009 號紀律程序卷宗第 82、83、97、98、99、100、103、104、118、120、205 至 245 頁文件)
- 17.5 嫌疑人的上述行為違反《通則》第 279 條第 1 款和第 2 款 a) 項及 b) 項、第 3 款和第 4 款所規定作為公共行政工作人員負有的無私及熱心義務，根據《通則》第 314 條第 1 款和第 4 款 b) 項的規定，嫌疑人可被科處停職二百四十一日至一年之處分。
- 17.6 經考慮嫌疑人的減輕情節及加重情節，建議對嫌疑人科處停職二百四十五日之處分。
18. 第五項違紀行為
- 18.1 嫌疑人於 2008 年 1 月 31 日簽署第 34/CDFAAJ/2008 號建議書

就2008年2月11日至4月6日期間「休閒大使計劃」的開支作出建議，有關建議於2008年2月1日獲教育暨青年局代副局長批准，總金額為澳門幣44,940.00元，涉及的時數為2,140小時。

- 18.2 根據調查所得，休閒大使的實際工作時數為1,815.5小時，實際開支金額為澳門幣38,125.50元。
- 18.3 嫌疑人在明知休閒大使實際工作時數的情況下，在進行結算程序時，於2008年4月17日簽署聲明書並聲明“所需之服務已妥善完成”，同時要求按建議書預算金額向該期休閒大使支付總金額為澳門幣44,940.00元。
- 18.4 在教育暨青年局向休閒大使作出支付後，嫌疑人指示中心同事向涉及多付的休閒大使追回款項澳門幣16,159.50元，再以追回的款項向休閒大使的替工補發報酬澳門幣9,345.00元，剩餘款項澳門幣6,814.50元則存於中心的保險箱，用作非預定的目的。(參見第01/PA/DPGAE/2008號簡易調查程序卷宗第149、153、156、299至388頁文件、第01/PD/DPGAE/2009號紀律程序卷宗第82、83、97、98、99、100、103、104、118、120、246至301頁文件)
- 18.5 嫌疑人的上述行為違反《通則》第279條第1款和第2款a)項及b)項、第3款和第4款所規定作為公共行政工作人員負有的無私及熱心義務，根據《通則》第314條第1款和第4款b)項的規定，嫌疑人可被科處停職二百四十一日至一年之處分。

18.6 經考慮嫌疑人的減輕情節及加重情節，建議對嫌疑人科處停職二百四十五日之處分。

19. 第六項違紀行爲

19.1 嫌疑人於2008年3月4日簽署第58/CDFAAJ/2008號建議書就2008年4月7日至6月1日期間「休閒大使計劃」的開支作出建議，有關建議於2008年3月17日獲教育暨青年局副局長批准，總金額爲澳門幣45,360.00元，涉及的時數爲2,160.00小時。

19.2 根據調查所得，休閒大使的實際工作時數爲1,700.5小時，實際開支金額爲澳門幣35,710.50元。

19.3 嫌疑人在明知休閒大使實際工作時數的情況下，在進行結算程序時，於2008年5月30日簽署聲明書並聲明“所需之服務已妥善完成”，同時要求按建議書預算金額向該期休閒大使支付總金額爲澳門幣45,360.00元。

19.4 在教育暨青年局向休閒大使作出支付後，嫌疑人指示中心同事向涉及多付的休閒大使追回款項澳門幣16,159.50元，再以追回的款項向休閒大使的替工補發報酬澳門幣6,594.00元，剩餘款項澳門幣9,565.50元則存於中心的保險箱，用作非預定的目的。(參見第01/PA/DPGAE/2008號簡易調查程序卷宗第149、153、156、389至476頁文件、第01/PD/DPGAE/2009號紀律程序卷宗第82、83、97、98、99、100、103、104、118、120、302至357頁文件)

19.5 嫌疑人的上述行爲違反《通則》第279條第1款和第2款a)

項及的b)項、第3款和第4款所規定作為公共行政工作人員負有的無私及熱心義務，根據《通則》第314條第1款和第4款b)項的規定，嫌疑人可被科處停職二百四十一日至一年之處分。：

19.6 經考慮嫌疑人的減輕情節及加重情節，建議對嫌疑人科處停職二百四十五日之處分。

20. 第七項違紀行爲

20.1 根據本局第149/CDPJ/2006號建議書，「澳門義務工作者協會」（下稱「義協」）於2006年獲判給提供「第21屆全國青少年科支創新大賽」的“義工後勤及獎勵服務”，金額為澳門幣236,078.80元，當中並無「泰國交流」的預算。

20.2 「義協」完成有關服務後，約有澳門幣100,000.00元的餘款，嫌疑人與「義協」達成協議利用該筆餘款舉辦「泰國交流活動」以獎勵參與的義工，參加該「泰國交流活動」的23人團費均是由「義協」全數支付，合共約澳門幣67,522.00元。（參見第01/PD/DPGAE/2009號紀律程序卷宗第84、85和107頁文件）

20.3 然而，嫌疑人於2006年8月在此交流活動的解釋會上，在沒有任何法律依據或有權限實體批示的情況下，遂以支付團費為理由，擅自向參與該次交流活動的義工收取每人澳門幣700.00元團費，並將該筆款項存於中心保險箱，用作非預定的目的。（參見第01/PD/DPGAE/2009號紀律程序卷宗第84、85和119頁文件）

- 20.4 嫌疑人的上述行為違反《通則》第 279 條第 1 款和第 2 款 a) 項及 b) 項、第 3 款 和第 4 款所規定作為公共行政工作人員負有的無私及熱心義務，根據《通則》第 314 條第 1 款和第 4 款 b) 項的規定，嫌疑人可被科處停職二百四十一日至一年之處分。
- 20.5 經考慮嫌疑人的減輕情節及加重情節，建議對嫌疑人科處停職三百日之處分。

21. 第八項違紀行為

- 21.1 根據本局第 331/CDFAAJ/2006 號建議書，「D 廣告」獲判給提供「2006 年義工交流及嘉許活動」的“嘉許狀”400 張及“嘉許座”35 個，金額為澳門幣 11,750.00 元。
- 21.2 然而，嫌疑人要求「D 廣告」負責人 E 將嘉許狀數目由 400 張減至 160 張，但須按原報價數量 400 張開出發票。
- 21.3 嫌疑人於 2006 年 12 月 14 日於結算程序時誇大結算金額，聲明“所需之物品已收妥”以全數支付「D 廣告」。
- 21.4 隨後，嫌疑人要求「D 廣告」負責人 E 以現金支票方式退回多收的差額澳門幣 6,000.00 元，並擅自存於中心的保險箱，用作非預定的目的。(參見第 01/PD/DPGAE/2009 號紀律程序卷宗第 101、102、108 至 115 頁文件)
- 21.5 嫌疑人的上述行為違反《通則》第 279 條第 1 款和第 2 款 a) 項及 b) 項、第 3 款和第 4 款所規定作為公共行政工作人員負有的無私及熱心義務，根據《通則》第 314 條第 1 款和第 4 款 b) 項的規定，嫌疑人可被科處停職二百四十一日至一年之

處分。

21.6 經考慮嫌疑人的減輕情節及加重情節，建議對嫌疑人科處停職三百日之處分。

22. 就嫌疑人上述八項的違紀行為，經調查表明，嫌疑人清楚表示其知悉除局方委託其管理的零用現金外，中心另存有一筆款項，嫌疑人當時身為中心負責人，不但沒對該筆餘款即時依法退回特區政府庫房，甚至指示及同意中心人員運用該筆款項支付各項開支。(參見第 01/PA/DPGAE/2008 號簡易調查程序卷宗第 153 和 154 頁文件)

22.1 嫌疑人聲稱並不知悉因支付給休閒大使的報酬非按照實際工作時數計算而產生該筆款項，然而，從所得證據顯示，不論中心人員在支付休閒大使報酬的結算程序中向嫌疑人所提供的報酬及退款資料、嫌疑人協助向休閒大使收發現金報酬，以及休閒大使向嫌疑人提出需解決退回及追收報酬的問題，足以證明嫌疑人不但清楚知悉該筆款項的來源，甚至主導整個運作模式。(參見第 01/PA/DPGAE/2008 號簡易調查程序卷宗第 10、156 和 158 頁文件、第 01/PD/DPGAE/2009 號紀律程序卷宗第 82、83、97、98、99、100、103、104、118 至 121 頁文件)

22.2 此外，嫌疑人更以收取團費為由，向參團義工不法收取款項，以及透過向教育暨青年局結算中心開支的過程中，要求供應商跨大支付金額等不當手段，以設法增大中心累積的該筆款項。(參見第 01/PD/DPGAE/2009 號紀律程序卷宗第 84、85、101、102、108 至 115 頁和 119 頁文件)

22.3 根據本報告書第 14.4 項、第 15.4 項、第 16.4 項、第 17.4 項、第 18.4 項、第 19.4 項、第 20.3 項和第 21.4 項，嫌疑人將不法獲得的款項用於非預定的目的，主要包括：中心裝飾工程費、“F 協會”的臨時表演活動費用、“G 廣告公司”安裝及 KT 格噴圖費用、義工嘉許活動製作橫額(banner)費用、迎奧運的打手印活動的 HipHop 舞表演導師酬勞、購買 USB 儲存器、讀卡器、外置硬碟、購置中心日常用品及文具、支付影印費、購買擴音器、購買招待嘉賓的茶點、助理員入油費、運輸費等。

22.4 此外，嫌疑人將上述不法獲得的款項除用於上述中心運作開支外，其更指示中心人員將上述款項用於單純為第三者利益而作出的非中心運作開支，包括團年飯費用、聚餐消遣費、食品、義工籃球隊服裝費及租場費等。(參見第 01/PA/DPGAE/2008 號簡易調查程序卷宗第 15 至 120 頁文件、第 01/PD/DPGAE/2009 號紀律程序卷宗第 82、83、97、98、99、100、103 和 104 頁文件)

23. 第九項違紀行爲

23.1 嫌疑人作為中心的負責人，根據《教育暨青年局小賣部服務運作規則》第 2.1 和第 2.2.4，小賣部管理由嫌疑人負責。

23.2 然而，嫌疑人未有遵守教育暨青年局局長於 2004 年 8 月 2 日發出第 2/GDS-SCF/2004 號職務命令第 1 款和《小賣部運作程序施行細則》第一部分第 10 點。中心小賣部自 2007 年 3 月份開始運作至 2008 年 11 月份期間，所得的盈餘並未按

第 2/GDS-SCF/2004 號職務命令的規定向「學生福利基金」提交結餘部分。(參見第 01/PA/DPGAE/2008 號簡易調查程序卷宗第 164 至 208 頁文件、第 01/PD/DPGAE/2009 號紀律程序卷宗第 124 至 132、359 至 430 頁文件)

23.3 嫌疑人的上述行為違反《通則》第 279 條第 1 款和第 2 款 b) 項及 c) 項、第 4 款和第 5 款所規定作為公共行政工作人員負有的熱心及服從義務，根據《通則》第 313 條第 1 款及第 2 款 b) 項及 e) 項的規定，建議對嫌疑人科處罰款之處分，罰款金額相當於十日薪俸及其他固定及長期報酬之總額，但不包括嫌疑人在收到裁定違紀之批示通知之日應收之家庭津貼及房屋津貼。

24. 根據《通則》第 316 條的規定，不得對嫌疑人科處多於一項之紀律處分。因此，經對嫌疑人上述九項違紀行為及其嚴重程度，以及對嫌疑人所適用之相關的減輕情節及加重情節作整體考慮後，建議對嫌疑人 A 科處單一的撤職處分。

25. 根據《通則》第 322 條的規定，科處處分之權限屬行政長官所有，但不影響倘有的授權。

26. 根據《通則》第 337 條及第 123/2009 號行政命令第 1 款，謹將本建議，附同紀律卷宗呈送局長閣下，以便轉呈社會文化司司長作出裁定。”

6. 教育暨青年局局長於 2011 年 03 月 28 日作出如下批示：“同意本報告書內容，請司長閣下批核。”

7. 澳門社會文化司司長於 2011 年 04 月 06 日作出“批准”批示。

8. 教育暨青年局於 2011 年 04 月 14 日透過公函編號第 2008/DGFP/2011 號通知上訴人有關決定，詳見卷宗第 25 頁，有關內容在此視為完全轉錄。

*

三.理由陳述

上訴人的上訴理據主要如下：

1. 不存在撤職的決定。
2. 被訴實體在作出撤職決定時沒有依法指出其是獲授權機關。
3. 被訴行為存有事實前提之錯誤和處罰過重。

*

我們現在逐一分析審理有關理據是否成立。

1. 不存在撤職的決定：

上訴人認為被訴實體作出“批准”批示只是批准由教育暨青年局局長作出有關處罰決定，而非被訴實體作出了“撤職”的紀律處分決定。

上述上訴理由明顯不成立，且不明白為何上訴人能得出有關結論。

紀律程序預審員在結案報告中建議對上訴人作出“撤職”處分，並表示作出有關決定的權限屬行政長官所有，但不影響倘有的授權。

基於此，建議教育暨青年局局長根據行政命令第 123/2009 號第 1 款的規定，將有關紀律程序卷宗呈社會文化司司長作出決定。

在報告中提及的第 123/2009 號行政命令第 1 款的內容就是行政長官將其第 6/1999 號行政法規第五條所指的施政領域及部門和實體方面的執行權限，以及其在社會文化司司長辦公室的執行權限授予社會文化司司長，即本案的被訴實體。

亦正因為存在這一授權，預審員才建議由被訴實體作出撤職處分決定。

教育暨青年局局長同意了上述報告之內容，並將卷宗呈予社會文化司司長作出決定。

從上可見，在有關報告中並沒有任何建議被訴實體批准授權(轉授權)給局長以便其可作出對上訴人撤職處分的決定。

再者，按照《行政程序法典》第 39 條的規定，在授權行為或轉授權行為中，授權機關或轉授權機關應詳細指明其所授予或轉授予之權力，又或獲授權者或獲轉授權者可作出之行為，並須公佈於《澳門政府公報》，而非單純在報告中批示“批准”便可作出授權或轉授權。

綜上所述，被訴實體在上述結案報告中所作出的“批准”批示，只可有一種解讀，就是批准預審員所建議的“撤職”處分。

*

2. 被訴實體在作出撤職決定時沒有提及其是獲授權機關：

上訴人認為，根據《澳門公共行政工作人員通則》第 322 條之規定，作出撤職處分的權限屬行政長官，而被訴行為是由社會文化司司長作出，但其作出有關決定時並沒有提及是獲授權機關，違反了《行政程序法典》第 40 條之規定。

上述上訴理由並不成立，原因在於根據《行政程序法典》第 113 條第 3 款之規定，在《澳門政府公報》公佈行政長官將權限授予政務司之法規時，免除需指出是獲授權機關之形式要件。

如上所述，行政長官已將有關權限透過刊登於 2009 年 12 月 20 日《澳門政府公報》第一組，特刊，第 6 頁，第 123/2009 號行政命令第

一款授予了被訴實體。

*

3. 存有事實前提之錯誤和處罰過重：

3.1. 關於指控其虛報「休閒大使」工作時數的違紀行爲方面(第一至第六項違紀行爲)：

上訴人指被訴實體認定其虛報「休閒大使」工作時數並不正確，因為有關工作時數是由其下屬 B 和 C 根據「休閒大使」們的聲明而編製；上訴人只是負責簽署，故不存在其“虛報”該等工作時數的事實，充其量也只是有失察之過，因在簽署前沒有進一步作出核實。

我們並不認同上訴人只是在失察之情況下簽署了有關不實的工作時數。

事實上，根據在紀律程序卷宗編號 01/PD/DGFP/2009 所查明的事實，以及上訴人在本司法上訴的起訴狀第 40 至 49 條的陳述中，可充份引證其是清楚知道所申報的工作時數是不實的，且有關做法是其主導下進行，目的在於“便宜管理”「休閒大使」的替工報酬及獲得款項以存放在青年中心的保險箱內，以備日後之用。

上訴人這種做法是不法的，且違反澳門特別行政區公共財政管理制度。至於過錯及不法性程度方面，我們容後再作分析。

3.2. 就第七項違紀行爲的指控沒有載有有關違紀行爲發生的時間方面：

上訴人認為上述指控並沒有載有有關違紀行爲發生的時間，故違反《澳門公共行政工作人員通則》第 337 條第 1 款之規定。

上述上訴理由同樣是不成立的。

在本個案中，雖然被訴行爲只是載明有關違紀行爲是在 2006 年 08 月發生的，沒有具體指出是那一天，但這並不代表違反了《澳門公共行政工作人員通則》第 337 條第 1 款之規定。

有關規定的內容如下：

“一、完成程序之預審階段，並將嫌疑人之紀律記錄載入卷宗後，預審員須在十日內編製一全面而簡明之報告，載明與違紀行爲有關之事實、該等事實之定性及嚴重性、倘有之須退回之款項、該等款項之歸屬，以及認爲合理之處分或因指控不成立而建議將卷宗歸檔。”

從上述轉錄的法規內容可見立法者只要求結案報告載明與違紀行爲有關的事實，並不要求需將有關事實落實到具體日期，甚至時、分、秒。

能夠精確指出有關事實的發生日期是最理想不過的，但一般經驗法則告訴我們在很多情況下這是不可能的。

相信立法者亦清楚明白這一現實困難，故沒有作出相關要求。

鑒於被訴行爲已載明第七項之違紀行爲發生在 2006 年 08 月，我們認爲已符合上述法規之要求。

3.3. 關於要求「D 廣告」公司虛增義工「嘉許狀」及「嘉許獎座」數目方面：

上訴人指並沒有虛增有關開支，只是按照活動計劃預算要求支付有關款項，其後發現多付了澳門幣 6,000 元，故要求相關公司退回。在沒有其他指引下，將該款項留置在青年活動中心的保險箱內。

在審理上訴人這部份的上訴理由是否成立前，我們需先講述教育暨青年局和青年試館間的關係及相關的財政管理制度。

上訴人所管轄的青年試館為教育暨青年局轄下的青年中心，該中心透過第 26/94/M 號訓令所設立，原稱為“塔石青年中心”，後更名為“青年試館”。

作為教育暨青年局的轄下青年中心，其財政管理制度和該局相同。

教育暨青年局並不享有財政自治權，故其財政管理制度適用第 41/83/M 法令及第 6/2006 號行政法規的有關規定。

根據有關規定，有關部門需先行編製活動計劃和相關預算，呈具權限機關批准。獲批准及舉行有關活動後，**須結算準確的開支金額以便進行有關支付。**

另一方面，倘發現結算有誤，多支付了款項，有關款項須退回給庫房。

從上可見，上訴人的做法明顯違反了有關財政管理的規定。

此外，根據「D 廣告」公司負責人 E 的證言(見附卷第 108 頁)，上訴人是明知“嘉許狀”和“嘉許獎座”的數量已減少的情況下仍要求該公司以原數量作結算的，理由是青年中心在活動中沒有預留訂做宣傳橫額的開支，多出的款項將用作支付該筆費用。

上述證言可證明上訴人是清楚明白應遵守相關的財政管理制度，但為了獲得額外之金錢作日後其他用途，明知而故犯。

3.4. 就第九項違紀行為的指控沒有查明是否有盈餘，倘有，金額是多少方面：

上訴人認為第九項違紀行為的指控同樣違反了《澳門公共行政工作人員通則》第 337 條第 1 款之規定，因為並沒有查明小賣店是否有盈餘，倘有，金額是多少。

根據附卷第 359 至 430 頁的資料顯示，被訴實體已查明了有關小賣部的營運情況和相關的盈餘額，只是沒有在被訴行爲的行文中明確指出，而是運用了“准用”的技巧，直接適用上述第 359 至 430 頁文件中的資料內容。

在尊重不同的見解下，我們認為雖明確指出具體盈餘金額的做法較佳，但由於法律並不禁止以“准用”方式替代，故被訴行爲並不違反《澳門公共行政工作人員通則》第 337 條第 1 款之規定。

基於此，本部份的上訴理由亦不成立。

3.5. 關於處分過重方面：

上訴人認為被訴行爲不應以其爲中心主管及擔任公職超過十年，從而應該預見有關違紀行爲定會對行政當局財產造成必然的損害，作爲加重處罰的情節，理由在於：

- 其職位並不符合第 85/89/M 號法令所規定的領導及主管職位。
- 擔任公職超過十年且工作評核良好應爲處罰的減輕情節而非加重情節。再者，被訴行爲亦沒有查明上訴人的行爲引致了行政當局什麼的具體損失。

此外，上訴人認為其享有《澳門公共行政工作人員通則》第 282 條第 f)、g)、h)和 j)項所指的處罰減輕情節，即：

“...

f) 違紀行爲並無公開；

g) 欠缺故意；

h) 違紀行爲對部門或第三人造成之影響輕微；...

j) 可減輕嫌疑人之過錯或違紀行爲之嚴重性之情節。”

最後，上訴人認為被訴實體作出的撤職處分依據違反了《澳門公共行政工作人員通則》第 315 條第 1 款之規定，因沒有事實證明有關違紀行為引致了不能繼續維持其公職。另一方面，該處分亦違反了“罪刑相適應原則”，因明顯過重。

在本個案中，上訴人被科處最嚴厲的“撤職”紀律處分。

根據《澳門公共行政工作人員通則》第 315 條第 1 款之規定，撤職處分適用於引致不能維持職務上之法律狀況的嚴重違紀行為。

那按照被訴行為所載關於上訴人的違紀事實，是否足以認定不能繼續維持其公職職務？

在尊重不同的見解下，我們的答案是否定的。

首先，就虛報「休閒大使」的工作時數所多得的款項共澳門幣 44,299.50 元。

就擅自向義工收取「泰國交流活動」之團費所得的金額共澳門幣 16,100.00 元。

就虛報“嘉許狀”和“嘉許獎座”獲得的金錢為澳門幣 6,000.00 元。

沒有任何事實證明上訴人將上述款項據為己有或給予了與自己有特殊關係的第三者。

相反，被訴行為本身證實了上訴人將有關款項用於：中心裝飾工程費、“F 協會”的臨時表演活動費用、“G 廣告公司”安裝及 KT 格噴圖費用、義工嘉許活動製作橫額(banner)費用、迎奧運的打手印活動的 HipHop 舞表演導師酬勞、購買 USB 儲存器、讀卡器、外置硬碟、購置中心日常用品及文具、支付影印費、購買擴音器、購買招待嘉賓的茶點、助理員入油費、運輸費等。

該等開支基本上與上訴人所管轄之青年中心的運作或活動相關，而非作私人用途。

在留置小賣部金錢方面，雖然金額超過澳門幣 170,000.00 元，但並沒有事實證明上訴人曾挪用有關款項，只是沒有按規定上繳。

在此情況下，其行為雖不法，但由於虛報而多得的金錢絕大部份仍用於公務方面，以及不存在挪用小賣部金錢的事實，故可相對減輕其行為的不法性和罪過程度。

申言之，除享有《澳門公共行政工作人員通則》第 282 條 a)項所規定的處罰減輕情節外，上訴人仍享有 h)及 j)項所規定之減輕情節。

另一方面，上訴人雖按照第 81/92/M 號法令(教育暨青年局組織法)第 28 條和第 65/2010 號行政命令屬教育暨青年局主管人員，但其級別相對較低，故在確定其紀律處分時不應過份考慮這一加重處罰情節。

行政當局在就違紀行為作出具體處分時雖享有一定的自由裁量權，可在法定抽象處罰幅度中定出認為合適之處分。然而，上述自由裁量權的行使並非完全沒有限制的，因為立法者明確規定處分係根據在個案中存在之減輕或加重情節，並尤其考慮違紀者之過錯程度及人格而酌科(《澳門公共行政工作人員通則》第 316 條第 1 款之規定)。

由於被訴實體對上訴人的處罰明顯過重，且沒有考慮《澳門公共行政工作人員通則》第 282 條 h)及 j)項所規定的處罰減輕情節，違反《澳門公共行政工作人員通則》第 316 條第 1 款之規定，故應撤銷被訴行為。

*

四. 決定

綜上所述，裁判本司法上訴成立，繼而撤銷被訴行爲。

*

訴訟費用由被訴實體支付，但其享有主體豁免。

作出適當通知及採取適當措施。

*

2012年06月07日

何偉寧
(裁判書製作人)

米萬英
(Estive presente)
(檢察院司法官)

José Cândido de Pinho (簡德道)
(第一助審法官)

賴健雄
(第二助審法官)
(本人具表決聲明)

第 323/2011 號卷宗

表決聲明

鑑於獲証事實顯示上訴人曾於長時間內多次以違反行政程序的不法手段留置公共開支的餘款及在部份事實中以欺騙手段從市民手上非法取得款項或以偽造文件虛報實際開支的手段留置公款，以作未經查明但必然屬不法的用途，因此本人認為本個案的事實符合《公共行政人員通則》第三百一十五條第一款規定，對上訴人科處撤職處分的行政行為未見有違法之處及科罰未見有過量之虞，故本人表決不贊同本合議庭裁判的多數表決。

二零一二年六月七日

賴健雄